
RANQUEAMENTO ESCOLAR E AS POLÍTICAS DE APROVAÇÃO EM MASSA NA ESCOLA PÚBLICA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS¹

SCHOOL RANKING AND MASS APPROVAL POLICIES IN PUBLIC SCHOOLS: CAUSES AND CONSEQUENCES

POLÍTICAS DE CLASIFICACIÓN ESCOLAR Y APROBACIÓN MASIVA EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS: CAUSAS Y CONSECUENCIAS

CLASSIFICAZIONE SCOLASTICA E POLITICHE DI APPROVAZIONE DI MASSA NELLE SCUOLE PUBBLICHE: CAUSE E CONSEGUENZE

MARTINS, Rodrigo Nóbrega

EEMTI Estado da Bahia

<https://orcid.org/0000-0001-8930-610X>

ALENCAR, Denice Saraiva de

EEMTI Estado da Bahia

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma análise crítica sobre a principal causa da formação de analfabetos diplomados ou funcionais na escola pública e suas consequências. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura narrativa integrativa, que reúne e discute diferentes perspectivas teóricas sobre este processo, buscando compreender os fatores que contribuem para seu fortalecimento e as causas imediatas.

PALAVRAS-CHAVE: escola pública, ranque escolar, analfabetos funcionais.

ABSTRACT

This article develops a critical analysis of the main cause of the formation of formal or functional illiterates in public schools and its consequences. This is an integrative narrative literature review that brings together and discusses different theoretical perspectives on this process, seeking to understand the factors that contribute to its strengthening and the immediate causes.

KEYWORDS: public school, school ranking, functional illiterates.

RESUMEN

Este artículo desarrolla un análisis crítico de la causa principal de la formación de analfabetos calificados o funcionales en la escuela pública y sus consecuencias. Se trata de una investigación de revisión bibliográfica narrativa integradora, que reúne y discute diferentes perspectivas teóricas sobre este proceso, buscando comprender los factores que contribuyen a su fortalecimiento y las causas inmediatas.

PALABRAS CLAVE: escuela pública, ranking escolar, analfabetos funcionales.

RIASSUNTO

In questo articolo si sviluppa un'analisi critica della causa principale della formazione di analfabeti qualificati o funzionali nelle scuole pubbliche e delle sue conseguenze. Si tratta di una revisione della letteratura narrativa integrativa, che riunisce e discute diverse prospettive teoriche su questo processo, cercando di comprendere i fattori che contribuiscono al suo rafforzamento e le cause immediate.

PAROLE CHIAVE: scuola pubblica, classifica delle scuole, analfabeti funzionali.

¹ DOI: 10.5281/zenodo.15580603

1 INTRODUÇÃO

A educação pública, um dos pilares mais importantes de uma sociedade democrática e igualitária, nunca foi de excelência no Brasil. Sobre tal, “a crise educacional brasileira não é crise; é projeto” (RIBEIRO *apud* CARTA CAPITAL, 2017). Por isso, os coeficientes de aprendizagem dos estudantes nunca foram majoritariamente elevados. Entretanto, se não resta dúvida de que os reais índices de proficiência nas diversas disciplinas escolares nunca foram realmente bons, também não há dúvidas de que estes índices têm piorado.

Não pela falta de recursos, que apesar de escassos, podem ser, ainda que à custa de improvisação, otimizados, mas pela posição que a escola pública tem assumido em relação a seus mais fundamentais deveres na formação de indivíduos para a vida adulta. Neste comenos, não são poucos os estudantes que, ao terminarem o ensino médio, na verdade, têm, grosso modo, um nível de conhecimento que não passa do quinto ano do ensino fundamental, o que, indubitavelmente, os condena a uma subcondição vitalícia no mercado de trabalho.

Isto acontece devido a uma política de aprovação automática praticada pela escola, muitas vezes mascarada como inclusão ou progresso estudantil. Na verdade, práticas indiscriminadas de aprovação automática, se dão a partir do momento em que a escola ignora as deficiências de aprendizagem dos estudantes para uma determinada série e os promove à série seguinte. Esta prática reiterada, ano após ano, faz com que o estudante conclua a educação básica de forma absolutamente precária.

Agindo assim, a escola não auxilia este eventual estudante; na verdade, o prejudica. Ao aprová-lo indiscriminadamente, a instituição escolar insiste em perpetuar uma histórica exclusão social, relegando contingentes de estudantes que concluem a educação básica a uma situação senão indigna, subalterna de vida, análoga ao analfabetismo absoluto e, por isso, muito próxima da pobreza extrema ou mesmo da miséria. Ao promover alunos, série após série, sem os pré-requisitos de aprendizagem necessários, a escola nega-lhes não apenas uma educação de qualidade, mas também a possibilidade de exercerem sua cidadania plena.

Ao concluir a educação básica sem os requisitos mínimos de proficiência que deveriam ter sido garantidos pela escola, esta multidão de estudantes absolutamente inapta para o ingresso no mercado de trabalho, tornar-se-á subserviente aos filhos da

classe dominante, matriculados em escolas particulares. Essa desigualdade educacional, que começa na sala de aula, repercute drasticamente ao longo da vida profissional, perpetuando barreiras sociais e econômicas que há muito dividem a sociedade, perpetuando, no Brasil, um quadro histórico de extrema desigualdade.

Essa dinâmica não é acidental, mas fruto de uma estrutura que sistematicamente nega aos estudantes da rede pública as ferramentas necessárias para competir de forma equânime com os alunos da rede privada. Enquanto os filhos das elites dominantes (a maioria deles) saem da escola particular com um futuro profissional já delineado, os egressos da escola pública frequentemente encontram dificuldades até mesmo em tarefas básicas de leitura, escrita e cálculo.

Quando adota essa linha de conduta, a escola pública, ao invés de ser um espaço de emancipação individual; ao invés de ser uma instituição promotora da equidade e da justiça social e apesar do discurso inclusivo, torna-se um mecanismo de reprodução das desigualdades.

Ela finda por preparar seus estudantes para posições subalternas no mercado de trabalho, o que os condenará a uma baixa qualidade de vida, a principiar por um limitadíssimo poder aquisitivo, determinando-lhes padrões inferiores de alimentação, saúde, trabalho e lazer, enquanto os alunos das escolas particulares trilham um caminho oposto. Esta segregação absolutamente cruel começa na educação básica; é, em certa medida, promovida pela escola pública e se perpetua na economia, na política, na cultura e na vida, de modo geral.

Emana daí o problema que norteia o presente estudo: quais as principais causas que impulsionam as escolas às políticas indiscriminadas de aprovação em massa?

Justifica esta pesquisa a busca por uma educação igualitária que, independente do setor em que se enquadre - público ou privado - possa proporcionar aos estudantes as mesmas condições de estudo e, conseqüentemente, de trabalho e de dignidade ao longo da vida.

Além do sobredito, o assunto carece de aprofundamento sistemático. O levantamento bibliométrico feito no Portal de Periódicos da Capes retorna 22 (vinte e dois) registros para ocorrências do termo “analfabetismo funcional” nos títulos de publicações entre 1991 e 2024. Na plataforma BRAPCI existem 09 (nove) registros, distribuídos entre 1991 e 2006 para os mesmos parâmetros de busca. No portal Scielo

Brasil há 10 (dez) registros que vão de 1997 a 2020. Nenhuma das plataformas retorna registros para o termo “analfabetos diplomados”. São, ao todo, 41 (quarenta e um) registros em um período de 34 anos, o que representa pouco mais de um estudo por ano.

Caracteriza-se a pesquisa como revisão bibliográfica narrativa integrativa. Esta consiste em um método de investigação baseado na análise e interpretação de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses. Segundo Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo sistematizar o conhecimento existente sobre um tema, identificando avanços, lacunas e perspectivas teóricas. Não foi estabelecido um recorte temporal, sob pena de se excluir da apreciação da pesquisa autores de reconhecida autoridade sobre o assunto.

A revisão narrativa, conforme Gil (2002), busca reunir e discutir a literatura sobre determinado tema de maneira mais ampla, sem seguir critérios rígidos de seleção. A revisão integrativa, de acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), permite a síntese do conhecimento de forma crítica, unindo diferentes metodologias e abordagens.

A relevância desse tipo de pesquisa está na contribuição para a consolidação do conhecimento científico sobre o tópico. Como destaca Severino (2017), a revisão bibliográfica possibilita ao pesquisador compreender o estado da arte de determinado campo, orientando futuras investigações. Além disso, minimiza redundâncias e repetições desnecessárias, evitando esforços duplicados e favorecendo a construção de novas hipóteses e teorias.

Portanto, a pesquisa de revisão bibliográfica é um instrumento fundamental na produção do conhecimento acadêmico, permitindo um olhar crítico sobre a literatura existente e fornecendo bases sólidas para pesquisas empíricas e teóricas subsequentes.

A hipótese inicial aponta no sentido de que as políticas de aprovação indiscriminadas praticadas pela escola pública têm natureza conjuntural, mas acontecem, sobretudo, para atender a uma lógica burocrática e estatística de sucesso escolar, que visa reduzir os índices de reprovação e evasão para atender a metas estabelecidas por órgãos governamentais, muitas vezes em detrimento da real aprendizagem dos estudantes.

O objetivo geral da presente pesquisa é conhecer a principal razão pela qual a escola pública adota uma política absolutamente malfazeja de aprovação indiscriminada com relação ao seu público. Como objetivos específicos, tem-se: (1) conhecer, mediante estudo da literatura especializada, a mais recente taxa de analfabetismo funcional no Brasil; (2) conhecer as consequências imediatas desta postura escolar; (3) destacar que medidas devem ser tomadas para a reversão de tal situação.

2 A ESCOLA: INSTITUIÇÃO HIPÓCRITA

A escola pública tem um papel fundamental na construção do Estado democrático de direito, conforme assevera a própria CRFB/88, em seu artigo 205, ao determinar que “A educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, prepara para o exercício da cidadania e qualifica para o trabalho” (BRASIL, 1988). Sobretudo, esta mesma Constituição declara a Educação como um dos direitos fundamentais e, portanto, de caráter inalienável. Como direito fundamental; como um dos elementos primordiais do Estado Democrático, cabe a ela, como muito bem elucida Sabino (2013), dar a todos - indiscriminadamente - o mesmo ponto de partida em direção à vida adulta.

A Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - em uníssono à CF/88 - determina, por ocasião de sua aprovação, que o currículo e a organização pedagógica da educação básica confirmam especial ênfase à educação tecnológica básica; à compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; ao processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; à Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Contudo, apesar das inalienáveis prescrições da Constituição Federal e da LDB, em sua missão de instrução e formação cidadã, a escola pública, muitas vezes, se revela uma instituição marcada pela hipocrisia, sobretudo quando se entrega à prática de promover alunos às séries seguintes sem que tenham atingido os pré-requisitos mínimos para tal.

Esse processo – largamente difundido tanto nas escolas públicas de ensino fundamental como nas escolas de ensino médio – gera o fenômeno dos “analfabetos diplomados”, estudantes que, embora tenham completado a educação básica, carecem

de habilidades fundamentais para poderem ingressar no mercado de trabalho em condições de digna paridade com os estudantes que concluem a educação básica nas escolas particulares.

Na seara científica, muitas vezes referem-se ao fenômeno dos analfabetos diplomados com outro nome: analfabetismo funcional. Sobre tal, entende-se o analfabetismo funcional “como uma falha do processo de escolarização, uma vez que o analfabeto funcional é um cidadão cujos processos de alfabetização e letramento foram frustrados por forças de dentro e/ou de fora da escola” (AÇÃO EDUCATIVA E INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4).

Do ponto de vista técnico, o conceito de analfabetismo funcional refere-se à capacidade limitada de um indivíduo em compreender, interpretar, discernir e utilizar informações básicas em contextos cotidianos, mesmo tendo passado pelos “rigores escolares”.

Segundo Inep (2013), o analfabeto funcional é aquele que, mesmo possuindo habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, não consegue aplicar esses conhecimentos de maneira efetiva para realizar atividades consideradas simples no mercado de trabalho e mesmo na vida comum, como interpretar textos, resolver problemas matemáticos de nível mais básico ou compreender instruções consideradas simples. Geralmente é um indivíduo excluído digitalmente ou sem literacia digital. Neste caso, o jovem analfabeto funcional assume uma função de subserviência em relação ao jovem de classes mais altas no mercado de trabalho.

Essa situação é fruto de uma atuação extremamente nefasta por parte da escola pública. Quando o estudante deixa a educação básica em situação absolutamente precária, a instituição escolar passa a ser um sistema corrupto e hipócrita por privar este estudante de uma aprendizagem real, favorecendo um sistema adulterado que promove uma “cultura da aprovação”, na qual a passagem de ano encontra explicação muito mais em questões politiqueras relacionadas a hierarquias presentes na estrutura organizacional das secretarias de educação do que no domínio de competências essenciais por parte dos estudantes.

Patto (1990) destaca que a exclusão escolar não se limita à ausência de matrícula ou evasão, mas se manifesta também na manutenção de alunos em um sistema que os marginaliza cognitivamente e por isso os sentencia de maneira cruel.

Assim, a alfabetização básica, muitas vezes alcançada de forma mecânica, não proporciona as habilidades necessárias para uma interação digna com mundo que o cerca, como Freire (1987) enfatiza em sua pedagogia libertadora.

A escola, ao perpetuar a formação de “analfabetos diplomados”, contribui de forma dolosa com um sistema educacional elitista, corrupto e desrespeitoso, negligenciando seu verdadeiro compromisso com a educação e a transformação social. Ao promover alunos que não dominam o conteúdo necessário, o sistema valida uma estrutura desigual, na qual o diploma serve mais como símbolo de inclusão aparente do que como garantia de aprendizado real.

A escola, então, deixa de ser um espaço de crescimento; abdica de seus deveres para com o Estado democrático, no qual todos deveriam ter as mesmas oportunidades, e se torna cúmplice de um ciclo vicioso de exclusão disfarçada. Deve-se questionar: qual a principal causa deste processo?

3 RANKINGS ESCOLARES: UMA COMPETIÇÃO ESTATÍSTICA

Sem receio de equívoco, esta produção de analfabetos diplomados ou funcionais é uma marca pujante no cenário educacional brasileiro e se torna difícil de ser superada porque investir em educação de forma séria não é um compromisso das gestões ao longo da História. É verdade que “distintos governos promovem programas e campanhas de combate ao analfabetismo, considerado um problema crônico no país” (DINIZ, MACHADO, MOURA, 2014, p. 643). Mas estas ações não têm, na prática, a mesma pujança da teoria e no próprio transcorrer de suas etapas, debelam-se diante da instável moral política brasileira.

Além das campanhas e dos programas, geralmente de caráter impermanente, existem dispositivos constitucionais e legais - de natureza perene - para a resolução desta tão urgente quanto persistente questão. Todavia, cumpri-las é algo que, no passar dos anos, fica, no mor das vezes, ao talante do governante que se encontra na situação.

Eis porque, historicamente, a qualidade do ensino público brasileiro sempre foi um desafio. Castro (2000) subsidia-nos ao observar que a expansão quantitativa da educação brasileira nunca foi acompanhada de avanços qualitativos, resultando em

uma massa de estudantes com baixo desempenho cognitivo diante de habilidades básicas.

Mas esta trágica tendência da educação nacional passou a ganhar substância a partir do advento dos índices escolares de aprovação como moedas de troca entre instâncias do sistema de educação. Estes índices começaram a ser ranqueados e as escolas classificadas ordinalmente. Escolas com maiores índices de aprovação recebem menções e premiações; passam a compor um grupo de elite diante das secretarias de educação. Diretores e coordenadores passam a ser bem-vistos; seus currículos passam a ser mais valorizados.

Nesse sentido, é comum, pelo menos no início e final do ano letivo, que haja reuniões com os diretores escolares nas quais estas estatísticas são apresentadas. Estes são os chamados *rankings* escolares. Tais *rankings* são um compêndio de informações estatísticas compartilhadas pelas secretarias de educação com as unidades escolares que destaca, de forma injusta, as escolas que mais aprovaram durante o ano letivo.

Isso acontece porque, com mais ênfase, desde algum tempo, a educação brasileira tem sido transformada em um jogo de números, no qual o gestor escolar recebe da Secretaria de Educação uma estrutura precária em muitos aspectos e tem a missão de transformar essa instituição pública de ensino e aprendizagem em uma fonte de lucros estatísticos. Essa dinâmica produz resultados numéricos que não traduzem a realidade. E a taxa de aprovação é, dentre todos, o índice mais importante.

Como observa Horta (2012), a centralização das políticas educacionais em métricas cria um ambiente em que os gestores deixam de ser líderes educacionais e passam a ser administradores de metas, tal como as instituições bancárias exigem de seus funcionários. Essa lógica mercadológica na educação impõe decisões que, muitas vezes, desconsideram a realidade didático-pedagógica dos estudantes, forçando práticas como aprovações automáticas ou a manipulação de índices para manter a aparência de sucesso.

Bourdieu e Passeron (2014) destacam que essa abordagem burocrática na gestão da escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais, ao reforçar uma estrutura que favorece resultados ilusórios em detrimento de uma aprendizagem significativa. A escola deixa de ser um espaço de inclusão e transformação e se torna

uma máquina que busca números para alimentar relatórios que servirão de propaganda governamental e de segregação estudantil.

Agindo assim, as secretarias de educação acabam por instaurar uma competição numérica entre as escolas, criando uma disputa desprovida de parâmetros reais que ignora as complexas realidades de cada instituição. Esses *rankings*, supostamente projetados para avaliar o sucesso escolar, na verdade, mascaram a diversidade e as necessidades particulares de cada escola, transformando o ensino em uma corrida por prestígio que, em essência, não reflete a qualidade educacional. Pior: não são poucos os gestores que sacrificam processos de aprendizagem em detrimento deste suposto prestígio estatístico.

Ao medir o sucesso de uma escola apenas por percentuais, as secretarias reduzem a educação a uma mera questão de estatísticas superficiais. Essa obsessão com o índice de aprovação leva as escolas a práticas que priorizam o aumento dos números, e não o aprendizado significativo.

Mas as pressões por máscaras estatísticas atingem todas as esferas educacionais. Decerto, docentes vivem este processo de forma mais sofrida. Pressionados por metas de aprovação ditadas de cima para baixo na hierarquia das secretarias, muitas vezes sentem-se obrigados a promover alunos sem que eles tenham realmente adquirido o mínimo conhecimento necessário. Esse ciclo, extremamente maléfico, que ganha força ano após ano, distorce a função da escola pública e ilude a sociedade com um prestígio falacioso.

Além disso, esses *rankings* não levam em conta as inúmeras variáveis que impactam o desempenho das escolas, nivelando-as de forma nada inteligente. Elementos como as diferenças socioeconômicas, o acesso a recursos digitais, a formação dos professores e o contexto familiar dos alunos são simplesmente desconsiderados.

Desta maneira, uma escola localizada em uma região privilegiada, com alunos de famílias que possuem maior capital cultural e econômico, tende a apresentar melhores resultados em índices de aprovação, mas essa condição não pode ser comparada, de forma justa, com uma escola situada em um contexto vulnerável.

Escolas que oferecem o turno noturno de estudos, por exemplo, com pessoas adultas que têm responsabilidades familiares e profissionais, não podem ser avaliadas

com os mesmos parâmetros aplicados nas escolas do turno diurno. Ao ignorar esses fatores, as secretarias promovem uma ilusão de meritocracia e premiam um prestígio ilegítimo.

Essa competição, portanto, cria um ambiente escolar tóxico, no qual a pressão por resultados numéricos prevalece sobre o compromisso com o aprendizado genuíno. As escolas, na ânsia por destacarem-se no *ranking* das secretarias de educação, se lançam em estratégias de aprovação acelerada, nivelando os estudantes para a estatística e não para o desenvolvimento integral. Isso, em última análise, afasta a escola de seu verdadeiro propósito: formar cidadãos críticos e preparados para os desafios da vida.

O resultado destas práticas escolares espúrias é claro e imediato: “a nossa escola ainda produz muitos analfabetos” (PINTO *apud* LOURENÇO, 2020). Ela não consegue transformar o conhecimento, a alfabetização, seja ela na linguagem pátria ou na matemática, em algo do cotidiano dessas pessoas, com utilidade prática no mundo do trabalho, no progresso da vida individual.

A afirmação de Pinto (2020) é confirmada pelos dados da Avaliação Nacional de Alfabetização, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e divulgada em 2016. Os resultados da avaliação mostraram que 54,73% dos estudantes acima de 8 anos permanecem em níveis insuficientes de leitura, enquanto 33,95% dos alunos brasileiros apresentaram índices de insuficiência na escrita e outros 54,4% estão abaixo do desempenho desejável em matemática.

Segundo o Instituto Paulo Montenegro (2022), cerca de 30% da população brasileira encontra-se em algum nível de analfabetismo funcional, um dado alarmante que expõe as fragilidades do sistema educacional e suas consequências sociais e econômicas.

Em lugar dessa disputa desleal, é urgente que as secretarias de educação adotem critérios de avaliação que respeitem as particularidades de cada escola e considerem o contexto social em que estão inseridas. Afinal, é óbvio que o valor de uma instituição de ensino não pode ser medido apenas por números, mas pela transformação que ela é capaz de realizar na vida dos estudantes. É necessário um sistema educacional que valorize a qualidade e não a quantidade, que respeite a

individualidade de cada escola e que, acima de tudo, mantenha o foco no aprendizado verdadeiro e na formação cidadã.

O sistema de aprovação por disciplina na escola pública pode ser uma alternativa eficaz para suavizar os impactos negativos tanto da reprovação quanto da aprovação indiscriminada. Atualmente, muitos alunos enfrentam dificuldades em matérias específicas, o que pode levar à repetição de todo o ano letivo, mesmo que tenham bom desempenho em outras áreas. Por outro lado, a aprovação automática compromete a qualidade do ensino, permitindo que estudantes avancem sem o conhecimento mínimo necessário.

A aprovação por disciplina busca um equilíbrio entre esses extremos. Com esse modelo, os alunos podem progredir nas matérias em que demonstram domínio, enquanto recebem suporte adicional nas disciplinas em que apresentam dificuldades. Isso evita a estagnação do aprendizado e permite um ensino mais personalizado, respeitando o ritmo de cada estudante.

Além disso, essa abordagem pode reduzir a evasão escolar, pois evita a frustração causada pela repetição de séries inteiras. Também contribui para uma formação mais sólida, garantindo que os alunos avancem com conhecimento real e não apenas por critérios administrativos.

Implementar esse sistema exige adaptações pedagógicas e estruturais, mas pode representar um avanço significativo na qualidade da educação pública. Ao equilibrar exigência e suporte, a aprovação por disciplina pode ser um caminho para um ensino mais justo e eficiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola desempenha um papel central na formação do indivíduo, preparando-o para os desafios do mercado de trabalho. Mais do que um espaço de socialização e aquisição de conhecimento, a instituição educacional tem a obrigação de garantir que seus alunos desenvolvam a proficiência necessária nas disciplinas escolares, capacitando-os para competir dignamente no cenário profissional.

O mundo contemporâneo exige competências sólidas em diversas áreas do conhecimento, tornando imprescindível que o sistema educacional proporcione uma

base de conhecimentos consistente. A formação escolar deve ir além da mera transmissão de conteúdos, buscando estratégias pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a resolução de problemas e a aplicação do conhecimento na vida prática. Dessa forma, os estudantes não apenas internalizam conceitos teóricos, mas também desenvolvem habilidades que os tornam aptos a enfrentar as exigências do ambiente de trabalho.

Além disso, a proficiência em disciplinas fundamentais, como matemática, ciências, linguagens e humanidades, não deve ser encarada como um diferencial, mas sim como um requisito básico para a inserção profissional. O compromisso da escola com a construção desse conhecimento reflete diretamente na empregabilidade dos indivíduos, reduzindo desigualdades sociais e promovendo oportunidades de ascensão econômica.

Diante desse cenário, é imperativo que a escola assuma sua responsabilidade na formação de cidadãos preparados para atuar de forma competitiva e ética no mercado de trabalho. A qualificação de seu público de forma sólida não apenas abre portas para oportunidades profissionais, mas também fortalece o desenvolvimento pessoal e a construção de uma sociedade mais equitativa e dinâmica. Portanto, investir na educação é, acima de tudo, investir no futuro coletivo.

Reaver esses princípios significa estabelecer critérios claros de avaliação, respeitar a autonomia docente e tratar cada estudante com equidade, reconhecendo suas particularidades sem, contudo, renunciar à responsabilidade pelo aprendizado. Para superar esse abismo, é necessário reavaliar o papel do Estado na educação.

Mais do que números e índices de aprovação, é preciso investir em um ensino público que ofereça as mesmas oportunidades e condições que a rede privada. Até lá, a terrível contradição praticada pela escola pública continuará a produzir de uma sociedade desigual.

Respondeu-se à pergunta norteadora da pesquisa e ao objetivo geral: ambições por se destacar diante dos *rankings* das secretarias de educação são a principal razão das políticas de aprovação em massa. Os objetivos específicos foram atingidos. (1) Dados estatísticos apontam que cerca de 30% da população brasileira apresenta algum tipo de analfabetismo funcional. (2) As consequências imediatas desta prática são a segregação definitiva desta parcela populacional de uma vida materialmente estável.

(3) O sistema de dependência e a promoção por disciplina pode ser uma alternativa para a resolução desta tão importante questão. As hipóteses iniciais foram corroboradas.

Referências

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. INAF BRASIL. 2018: **Resultados preliminares**. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12/08/2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: Documento básico. Brasília - DF, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ana_online.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CASTRO, Claudio de Moura. **Educação brasileira**: conquistas e desafios. São Paulo: Fundação Santillana, 2000.
- F. DINIZ, G.; MACHADO, D. de Q.; MOURA, H. J. de. **Políticas Públicas de Combate ao Analfabetismo no Brasil**: uma investigação sobre a atuação do programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. Revista de Administração Pública, [S. L], V. 48, N. 3, P. 641-666, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Acesso em: 4 set. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HORTA, José Silvério Baía. **Educação e políticas públicas**: desafios da escola pública contemporânea. São Paulo: Cortez, 2012.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2022**. Disponível em: <https://www.ipm.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003..

LOURENÇO, Tainá. **Escolas brasileiras ainda formam analfabetos funcionais**. 2020. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/escolas-brasileiras-ainda-formam-analfabetos-funcionais/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Costa; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

RIBEIRO, Darcy. A crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto. **Carta Capital**, São Paulo, 05/09/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-uma-crise-e-projeto/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SABINO, Fernando. **Democracia**. 20 jul. 2013. Twitter: @CNJ_oficial. Disponível em: https://x.com/CNJ_oficial/status/358733280528445441. Acesso em: 12 set. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.